

## LEI Nº 2.410, DE 13 DE JUNHO DE 2018

Regulamenta o Exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, nos termos do que dispõe os parágrafos 4º e 5º do artigo 198 da Constituição da República e Lei Federal nº 11.350/2006, e dá outras providências.

O Povo de Brumadinho por seus representantes aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a presente Lei:

**Art. 1º** Esta Lei institui as funções dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS, e Agente de Combate às Endemias - ACE, regulando o Regime Jurídico Administrativo nos termos dos parágrafos 4º e 5º do art. 198 da Constituição da República, combinado com o disposto na Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006.

**Parágrafo único.** Ficam criados os cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias, nos termos, condições e quantidades previstos no Anexo Único desta Lei.

**Art. 2º** As funções reguladas pela presente Lei destinam-se ao cumprimento das atribuições aqui definidas, exclusivamente no âmbito Municipal vinculado ao do Sistema Único de Saúde – SUS, de Brumadinho.

**§ 1º** Os Agentes Públicos Administrativos sujeitos a esta Lei terão respeitado o piso salarial profissional fixado nacionalmente para a jornada semanal de 40 (quarenta) horas, que deverá ser cumprida integralmente em ações e serviços de promoção da saúde, vigilância epidemiológica e combate a endemias, em prol das famílias e comunidades assistidas, dentro dos respectivos territórios de atuação, segundo atribuições previstas nesta Lei.

**§ 2º** Poderá haver compensação de uma hora e meia normal trabalhada durante a semana por uma hora a ser trabalhada aos sábados, domingos e feriados, caso seja necessário, a critério do gestor, sendo vedado o pagamento de horas extras.

**Art. 3º** Os Agentes Públicos Administrativos admitidos nos termos desta Lei se submeterão ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, disciplinado pelas Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991.

**Art. 4º** Todos os cuidados com a saúde do agente deverão ser adotados, notadamente o uso de equipamentos de proteção individual (EPI's) e a realização dos exames de saúde ocupacional, admissional e periódicos, para a execução das atividades reguladas nesta Lei e na Lei Federal 11.350/2006.

**Art. 5º** Os Agentes Comunitários de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e de promoção da saúde, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do Ministério de Saúde/SUS, que normatizam a saúde preventiva e a atenção básica em saúde, com o objetivo de ampliar o acesso da comunidade assistida às ações e aos serviços de informação, de saúde, de promoção social e de proteção da cidadania, sob supervisão do(a) Secretário(a) Municipal de Saúde.

**Parágrafo único.** Para fins desta Lei, entende-se por Educação Popular em Saúde as práticas político-pedagógicas que decorrem das ações voltadas para a promoção, a proteção e recuperação da saúde, estimulando o autocuidado, a prevenção de doenças e a promoção individual e coletiva, a partir do diálogo sobre a diversidade de saberes culturais, sociais e científicos e a valorização dos saberes populares, com vistas à ampliação da participação popular no SUS e ao fortalecimento do vínculo entre trabalhadores da saúde e os usuários do SUS.

**Art. 6º** O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS.

**Art. 7º** São requisitos para o provimento do cargo de Agente Comunitário de Saúde:

- I. Residir na área geográfica em que irá atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público;
- II. Ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga mínima de quarenta horas;
- III. Ter concluído o ensino médio.

**§ 1º** O Agente Comunitário de Saúde deverá comprovar, anualmente, residência na sua área de atuação, junto à Secretaria Municipal de Saúde de Brumadinho, cabendo ao referido órgão a fiscalização permanente.

**§ 2º** O(a) Secretário(a) Municipal de Saúde definirá por Portaria a área geográfica a que se refere o inciso I deste artigo, devendo:

- I. Observar os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde;
- II. Considerar a geografia e demografia da região, com distinção de zonas urbanas e rurais;
- III. Flexibilizar o número de famílias e de indivíduos a serem acompanhados com as condições de acessibilidade local e de vulnerabilidade da comunidade assistida.

**§ 3º** A área geográfica de atuação a que se refere o inciso I do *caput* deste artigo será alterada quando houver risco à integridade física do Agente Comunitário de Saúde ou de membro de sua família, decorrente de ameaça por parte de membro da comunidade onde reside e atua.

**Art. 8º** O Agente de Combate às Endemias deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

- I. Ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga mínima de quarenta horas;
- II. Ter concluído o ensino Médio.

**§ 1º** Quando não houver candidato inscrito que preencha o requisito previsto no inciso II do *caput* deste artigo, poderá ser admitida a contratação de candidato com ensino fundamental, que deverá comprovar a conclusão do ensino médio no prazo máximo de três anos.

**§ 2º** O Secretário Municipal de Saúde, para execução do programa relacionado com as atividades do Agente de Combate às Endemias, definirá o número de imóveis a serem fiscalizados pelo agente, observados os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde e o seguinte:

- I. Condições adequadas de trabalho;
- II. Geografia da região, com distinção de zonas urbanas e rurais;
- III. Flexibilização do número de imóveis, de acordo com as condições de acessibilidade local.

**Art. 9º** Os ocupantes das vagas de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, ingressarão na estrutura funcional da administração direta do Poder Executivo Municipal mediante processo de seleção pública de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, o qual atenderá aos Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

**§ 1º** O processo de seleção pública terá validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período.

**§ 2º** As condições de sua realização serão estabelecidas em Edital a ser publicado em órgão de imprensa e em periódico de grande circulação no Município ou região.

**§ 3º** O edital de realização do processo de seleção pública poderá prever a sua realização em várias etapas.

**§ 4º** Não se abrirá novo processo de seleção pública enquanto a ocupação das vagas puder ser feita por candidato aprovado em processo anterior, com prazo de validade não expirado.

**§ 5º** A aprovação em processo de seleção pública não gera direito à contratação, mas esta, quando ocorrer, respeitará a ordem de classificação dos candidatos aprovados e apenas se efetivará após prévia inspeção médica oficial, que declarará se o candidato está apto ou inapto para o serviço.

**§ 6º** Aos candidatos participantes do processo de seleção pública será assegurado o direito de recorrer dos resultados parciais e finais, da homologação e nomeação.

**Art. 10.** Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de se inscreverem no processo de seleção pública para provimento das vagas regidas por esta Lei, caso sejam as atribuições compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo, neste caso, para estas, reservadas 5% (cinco por cento) do total de vagas oferecidas no processo, nos termos do inciso VIII do art.37 da Constituição da República e da Lei Federal nº 7.853/89, regulamentada pelo Decreto nº 3.298/99.

**Parágrafo único.** As deficiências e condições impeditivas serão previstas no edital público de seleção.

**Art. 11.** Os detentores das funções de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias são os constantes do Anexo Único desta Lei, enquadrados no Quadro Suplementar da Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 12.** O prazo para a entrada em exercício do Agente aprovado no concurso é de 15 (quinze) dias, contados da data da posse, quando apresentará à Secretaria Municipal de Saúde os elementos necessários ao assentamento individual.

**Parágrafo único.** O aprovado convocado para tomar posse e que não entrar em exercício no prazo previsto no *caput* deste artigo, sem justificativa legal, será considerado desistente, sendo convocado para seu lugar o seguinte na ordem de classificação.

**Art. 13.** Os agentes públicos nomeados nos termos desta Lei não serão equiparados aos agentes efetivos e não se submetem ao mesmo regime jurídico daqueles e tem os seguintes direitos na forma do que estabelece o Decreto-Lei 5.452/43:

- a) Piso Nacional de Salário;
- b) Férias;
- c) 13º Salário;
- d) Licença Maternidade no prazo de 06 (seis) meses;
- e) Irredutibilidade de salário;
- f) Salário Família;
- g) Repouso Semanal Remunerado;
- h) Licença Paternidade;
- i) Seguro de Vida.
- j) Cartão Alimentação.

**Art. 14.** Os ocupantes dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias integrarão a carreira de Agente de Saúde, a qual é composta pelas Classes I a III, respectivamente, conforme Anexo Único desta Lei.

**Parágrafo único.** Os vencimentos iniciais dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias estão definidos na Classe de Função Agente de Saúde I, nível I, sempre observado o Piso Nacional Vigente.

**Art. 15.** A revisão geral dos vencimentos estabelecidos para as funções de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias deverá ser efetuada, por lei específica, sempre na mesma data e sem distinção de índices, conforme disposição do art. 37, inciso X da Constituição da República, desde que tal revisão não ultrapasse os limites de despesa com pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 16.** O desenvolvimento na carreira dar-se-á mediante progressão horizontal, na forma do Anexo Único – Quadro de Funções desta Lei.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, não será computado para fins de contagem de tempo, o período em que o agente se encontrar afastado do exercício do cargo.

§ 2º A contagem de tempo para novo período será iniciada no dia seguinte àquele em que o agente houver completado o período anterior, desde que tenha obtido a progressão.

§ 3º Os acréscimos pecuniários percebidos pelo agente não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

§ 4º A avaliação de desempenho ocorrerá periodicamente, de forma adequada aos conteúdos ocupacionais e às condições reais de trabalho, sendo suas etapas e resultado final, de conhecimento do avaliado, garantindo-se, ainda, a este, o direito de recurso às instâncias hierárquicas superiores, sendo os critérios avaliativos aqueles estabelecidos por resolução do órgão gestor.

§ 5º A Carreira de Agente de Saúde – C.A.S., que compreende as funções de Agente Comunitário de Saúde (A.C.S.) e Agente de Combate às Endemias (A.C.E.), correspondem o exercício de suas atribuições e se desenvolverá segundo padrões de vencimentos e progressão previstos no Anexo Único desta Lei.

**Art. 17.** O período aquisitivo para progressão horizontal será interrompido nas seguintes hipóteses:

- I. Quando o agente faltar ao serviço, injustificadamente no período de um ano, por mais de 06 (seis) dias, continuados ou não;
- II. Afastar-se das funções específicas de seu cargo, excetuados os casos previstos como de efetivo exercício nas normas vigentes.

**Parágrafo único.** Aplicada a interrupção prevista no *caput* deste artigo, inicia-se, para o agente, nova contagem do período, para fins de obtenção da progressão horizontal, no caso inciso I, a partir da última falta, e no caso do inciso II quando cessar os motivos por afastamento ocorrido.

**Art. 18.** A progressão horizontal a que se refere o artigo anterior apenas será devida após publicação desta Lei.

**Art. 19.** O participante da carreira de Agente Comunitário de Saúde (A.C.S.) e Agente de Combate às Endemias (A.C.E.), submetido à Avaliação de Desempenho de que se trata o § 4º do artigo 17 desta Lei, que obtiver o melhor índice de avaliação, nos termos do regulamento próprio, terá um acréscimo de 3% (três por cento) em sua remuneração, a partir da homologação do resultado.

**Art. 20.** Perderá o direito à progressão o Agente Público Administrativo que, no período aquisitivo:

- I. Sofrer punição disciplinar de suspensão;
- II. Afastar-se das funções específicas de seu cargo, excetuados os casos previstos como de efetivo exercício nas normas vigentes.

**§ 1º** Na hipótese prevista no inciso I do *caput* deste artigo, o tempo anterior ao cumprimento da penalidade aplicada não poderá ser computado para efeito de integração do interstício.

**§ 2º** Na hipótese prevista no inciso II do *caput* deste artigo, o afastamento ensejará a suspensão do período aquisitivo, para fins de progressão, contando-se, para tais fins, o período anterior ao afastamento, desde que tenha sido concluída a respectiva avaliação periódica de desempenho individual.

**Art. 21.** O Agente Comunitário de Saúde e o Agente de Combate às Endemias que for designado para exercer cargo em comissão, fará jus às progressões da carreira, contudo o tempo de desempenho de cargo comissionado não será considerado para fins de cumprimento da progressão.



**Art. 22.** O acréscimo pecuniário adquirido pela progressão horizontal incorpora-se ao vencimento, na forma prevista no Anexo Único desta Lei.

**Art. 23.** O Agente Comunitário de Saúde e o Agente de Combate às Endemias terá seu contrato rescindido unilateralmente pela administração nas seguintes hipóteses:

- I. praticar falta grave, dentre as enumeradas no artigo 482 da CLT;
- II. acumular ilegalmente cargos, empregos ou funções públicas;
- III. caso haja necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso, nos termos da Lei 9.801/99;
- IV. tiver insuficiência de desempenho, apurada em procedimento anual no qual se assegure pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em trinta dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas;
- V. no caso do Agente Comunitário de Saúde, a perda do cargo público poderá ocorrer na hipótese de não atendimento ao disposto no inciso I do artigo 7º desta Lei ou em função de apresentação de declaração falsa de residência.

**Art. 24.** As despesas decorrentes do disposto nesta Lei serão custeadas por dotações próprias consignadas no Orçamento em execução.

**Art. 25.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brumadinho, em 13 de junho de 2018.

Avimar de Melo Barcelos

**Prefeito Municipal**